



**Provas de Acesso ao Ensino Superior  
Para Maiores de 23 Anos**

**Candidatura de 2014**

**Exame de História**

---

Tempo para a realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

Material admitido: *exclusivamente material de escrita*

---

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, o GRUPO e o NÚMERO da questão a que está a responder.

---

**Grupo I (total: 5 valores, 0,5 valor por cada questão)**

**Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).**

1. O rei D. Dinis sanciona em 1293 a criação de uma bolsa de mercadores.
2. O governo do rei português D. Duarte decorre entre 1433 e 1438.
3. A descoberta e povoamento das ilhas dos Açores decorre na segunda metade do século XV.
4. O Tratado de Tordesilhas (1494) resultou de complexas negociações entre os reis de Portugal e da França.
5. Desde o início da expansão marítima portuguesa que o objectivo foi descobrir mares e eventuais terras a ocidente.
6. Até ao século XIX não houve em Portugal uma grande implantação de manufacturas.
7. O Marquês de Pombal foi um dos mais marcantes reis de Portugal.
8. As acções conspirativas chefiadas por Gomes Freire de Andrade e por Manuel Fernandes Tomás, fundador do Sinédrio, foram decisivas para a eclosão do pronunciamento militar de 1820.
9. A Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV, teve uma longa vigência e sofreu várias revisões designadas como “Actos Adicionais”.
10. Durante as lutas liberais que culminaram na Guerra Civil de 1835-36, o arquipélago dos Açores manteve-se sempre isolado, mas fiel a D. Miguel e à causa absolutista.

**Grupo II (7,5 valores no total, 2,5 valores por cada questão)**

**Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):**

**A)**

1. Indique os principais aspetos que marcaram a conjuntura política e social da regência do infante D. Pedro (1439-1448).

2. Descreva os aspectos sociais e económicos da crise do final da Idade Média em Portugal.

**B)**

1. Explique por que razões se pode considerar que a situação brasileira afecta muito o reino de Portugal no século XVII.

2. Apresente as principais características do mercantilismo em Portugal.

**C)**

1. Explique as consequências, para Portugal, a curto e a médio prazos, das três vagas de invasões francesas.

2. Justifique o declínio do regime monárquico durante o reinado de D. Carlos.

**Grupo III (7,5 valores)**

**Analise e comente um dos seguintes textos:**

1. “Os sublevados de 1383 ganharam a sua causa. Se a tivessem perdido, talvez conhecêssemos tão só chaparros com enforcados, talvez ouvíssemos somente as maldições do poder. Mas ganharam. Por isso, a *Crónica de D. João I* é dedicada à narrativa e exaltação da gesta revolucionária.” (António Borges Coelho, *A revolução de 1383*, 2ª ed., Lisboa: Seara Nova, 1975, p. 24.)

2. “A posse do império (...) trouxe muito poucos benefícios a Portugal. Enriqueceu a monarquia, proporcionou a Lisboa uma prosperidade morna que nunca mais viria a perder e ofereceu por vezes uma carreira, e mais frequentemente uma sepultura, aos membros da classe média. Mas os seus dias de grandeza acabaram depressa.” (C.R.Boxer, *O Império Colonial Português*. Lisboa: Ed.70, 1977, p.18)

3. “A Assembleia Nacional Constituinte inaugurou oficialmente os seus trabalhos a 19 de Junho de 1911. Por unanimidade, conferiu sanções político-legais aos actos praticados pelo Governo desde o 5 de Outubro. (...). Além da fiscalização da actividade do Governo, os deputados deviam elaborar uma Constituição. (...). O debate gerado em torno da organização do poder político que a República deveria adoptar centrou-se em duas questões principais: a admissibilidade da figura do presidente da República e o uni ou bicameralismo, já que o princípio da supremacia parlamentar se revelara mais consensual do que qualquer outro. (...).

A Constituição da República foi aprovada a 19 de Agosto e promulgada a 21 do mesmo mês, mas as votações decisivas — as mais polémicas — ocorreram nos dias 3 e 4, escrutinando o Senado e a Presidência, respectivamente. O período que decorreu entre aquelas datas, enquanto se ultimava o texto constitucional, foi pautado pela competição para o preenchimento do cargo de presidente da República, cuja eleição ocorreu a 24 de Agosto. (...). Os dois principais candidatos — Manuel de Arriaga e Bernardino Machado — apresentaram-se com apoios e programas políticos alternativos. Sendo candidato de Afonso Costa, Bernardino Machado advogou a unidade do PRP, (...). Manuel de Arriaga foi proposto por António José de Almeida e Brito Camacho, e do seu programa constavam os temas moderados (...).” (Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, coord., *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2009, pp. 102-103.)